

REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL
BRAZILIAN JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW

As indicações geográficas e o desenvolvimento territorial no MERCOSUL: os casos da carne caprina procedente da região patagônica e a bovina do Pampa gaúcho da campanha meridional do Rio Grande do Sul

Geographical Indications and Territorial Development in MERCOSUR: The Cases of Caprine Meat from the Patagonian Region and Bovine Meat from the Pampa Gaúcho of the Southern Campaign of Rio Grande do Sul

Paulo Brasil Dill Soares

Andreza Aparecida Franco Câmara

VOLUME 21 • N. 3 • 2024
INTERNATIONAL FOOD LAW

Sumário

CRÔNICAS.....	11
THE EU CORPORATE SUSTAINABILITY DUE DILIGENCE DIRECTIVE AS AN ALTERNATIVE LEGAL FRAMEWORK TO BRIDGE THE IDENTIFIED GAPS AT THE REGIONAL LEVEL IN THE GULF OF GUINEA? THE CASE OF MARINE RESOURCE EXPLOITATION BY EUROPEAN MULTINATIONALS AND THEIR SUBCONTRACTORS	13
Harvey Mpoto Bombaka	
COLTAN TRACEABILITY IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF THE CONGO: BETWEEN GOVERNANCE IMPERATIVES, TECHNOLOGICAL CHALLENGES, AND GEOPOLITICAL TENSIONS : WHAT SOLUTIONS FOR ETHICAL AND SUSTAINABLE MINING?	18
Harvey Mpoto Bombaka	
INTERNATIONAL FOOD LAW	20
AS DIMENSÕES CULTURAIS DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO: UMA PERSPECTIVA DE DIREITO INTERNACIONAL.....	22
João Relvão Caetano	
REFRAMING FOOD SYSTEMS RESILIENCE: TOWARDS A GLOBAL SUSTAINABLE DEVELOPMENT AGENDA SDG 2 (ZERO HUNGER).....	45
Bhupinder Singh, Saurabh Chandra e Christian Kaunert	
A AGROECOLOGIA NO MARCO DA GOVERNANÇA GLOBAL: AGENDAS E NORMAS NA INTERSEÇÃO ENTRE O LOCAL E O INTERNACIONAL PARA A GARANTIA DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA	63
Ely Caetano Xavier Junior, Tatiana Cotta Gonçalves Pereira e Igor Simoni Homem de Carvalho	
OS DESAFIOS DA REGULAÇÃO DE ULTRAPROCESSADOS DIANTE DO DEVER DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	86
Maria Vitoria Fontolan e Katya Regina Isaguirre-Torres	
INTERNATIONAL APPROACHES TO THE INTERSECTIONS BETWEEN THE HUMAN RIGHTS TO FOOD AND CULTURE: A CASE STUDY BASED ON THE AGROCHEMICAL THREAT TO HONEY AVAILABILITY	109
Pedro Odebrecht Khauaja e Maria Goretti Dal Bosco	

LEGAL CHALLENGES IN INTERNATIONAL TRADE OF GENETICALLY MODIFIED FOOD FOR DEVELOPING COUNTRIES: NAVIGATING A FRAGMENTED LANDSCAPE 124

Thao Thi Thu Nguyen e Duong Thi Thuy Tran

PEASANT AND INDIGENOUS COMMUNITIES RIGHT TO FOOD SOVEREIGNTY UNDER INTERNATIONAL ECONOMIC LAW: REFLECTIONS ON THE US- MEXICO GENETICALLY MODIFIED CORN DISPUTE. 140

Virginia Petrova Georgieva

THE RELEVANCE OF TRANSNATIONAL STANDARDS TO CLIMATE-SMART AGRICULTURE AND FOOD SECURITY: INSIGHTS FROM KENYA AND NIGERIA 161

Habib Sani Usman

AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO MERCOSUL: OS CASOS DA CARNE CAPRINA PROCEDENTE DA REGIÃO PATAGÔNICA E A BOVINA DO PAMPA GAÚCHO DA CAMPANHA MERIDIONAL DO RIO GRANDE DO SUL 181

Paulo Brasil Dill Soares e Andreza Aparecida Franco Câmara

ON THE USE OF GAFTA, FOSFA, COFFEE AND COCOA ARBITRATION AND OTHER ADR MECHANISMS FOR LAND FREIGHT TRANSPORT DISPUTES204

Alejandro García Jiménez

‘FOOD’ THROUGH THE LENS OF MISLEADING ADVERTISEMENTS: A COMPARATIVE ANALYSIS OF UNITED STATES OF AMERICA AND INDIA223

Sangeeta Taak e Tanya

CLIMATE CHANGE AND FOOD SECURITY: SITUATION, CHALLENGES AND RESPONSE POLICY FROM NEPAL, INDIA AND VIETNAM: A COMPARATIVE STUDY.....235

Thang Toan Nguyen, Yen Thi Hong Nguyen, Amritha Shenoy, Thuong Thi Hoai Mac, Anandha Krishna Ra e Anbarasi G

ARTIGOS SOBRE OUTROS TEMAS 261

BALANCING ENVIRONMENTAL PRESERVATION AND ECONOMIC INTERESTS: BUILDING CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY IN THE ERA OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT263

Monica Puspa Dewi Suganda Putri, Yuris Tri Naili e Aga Natalis

PRESIDENTIAL CONSTRUCTIVE AND DECONSTRUCTIVE POWERS IN FOREIGN AFFAIRS: A STUDY ON UNILATERAL WITHDRAWAL FROM INTERNATIONAL AGREEMENTS IN THE AMERICAS282

Joao Victor Morales Sallani

ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN THE FACE OF THE NORMATIVE SILENCE OF INTERNATIONAL LAW: A LOOK AT THE EUROPEAN UNION AND MERCOSUR305

José Noronha Rodrigues, Janny Carrasco Medina e Dora Cristina Ribeiro Cabete

ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND INTERNATIONAL LAW: FROM RECOMMENDATIONS TO CONVENTIONAL REGULATION320

Serhii Perepolkin, Andrii Kuchuk, Oksana Lehka, Liliia Labenska e Iya Stryzhak

LA “LIVING CONSTITUTION” EN EL SIGLO XXI: UNA CONSTITUCIÓN PARA EL MUNDO DIGITAL 339

Pamela Nosedá Gutiérrez

A POLITIZAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL DO RECONHECIMENTO NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS354

Ademar Pozzatti e Daniela Roveda

PRINCÍPIO DO GRADUALISMO E SUSTENTABILIDADE DAS AUTARQUIAS LOCAIS EM ANGOLA.....379

Janaína Rigo Santin, Francisco Alberto Mafuani, Kilanda João Ndombele Sungu e César Catengue Chilala Cavalo

COSMOVISÃO INDÍGENA E A RELAÇÃO ÉTICA COM O AMBIENTE: PACHA MAMA, BEM VIVER E O ECOCENTRISMO393

Thiago dos Santos da Silva

As indicações geográficas e o desenvolvimento territorial no MERCOSUL: os casos da carne caprina procedente da região patagônica e a bovina do Pampa gaúcho da campanha meridional do Rio Grande do Sul*

Geographical Indications and Territorial Development in MERCOSUR: The Cases of Caprine Meat from the Patagonian Region and Bovine Meat from the Pampa Gaúcho of the Southern Campaign of Rio Grande do Sul

Paulo Brasil Dill Soares**

Andreza Aparecida Franco Câmara***

Resumo

A importância da certificação das Indicações Geográficas estudadas nos membros do MERCOSUL: Brasil e Argentina se fundamenta na necessidade de assegurar ao consumidor a procedência e a garantia de qualidade nos produtos. Objetivou-se analisar a evolução da Indicação Geográfica como instrumento de proteção jurídica da propriedade coletiva para produtos agroindustriais, enfatizando a questão do potencial desse instrumento de certificação no desenvolvimento territorial/regional, avaliando a agregação de valor, acesso ao mercado consumidor e fortalecimento da confiabilidade e alto grau de inovação por parte dos consumidores. Utilizou-se como metodologia para a investigação da hipótese de estudo a revisão de literatura enquanto fundamentação teórica sobre o tema e o problema de pesquisa, por meio de livros, artigos científicos e trabalhos técnicos sobre a identificação das características da certificação de indicações geográficas, e o seu reconhecimento como um importante elemento indutor do desenvolvimento territorial. Elencaram-se a legislação nacional, relatórios emitidos por órgãos de fomento e fiscalização nacional e internacional a respeito do tema proposto, em pesquisas quantitativa e qualitativa com base nos dados oficiais divulgados pelas instituições certificadoras, e pesquisa empírica por meio dos estudos de casos já relacionados através de visita de campo na região delimitada e entrevistas semiestruturadas com os produtores e técnicos do INTA/AR e da Embrapa/BR. Os estudos já realizados evidenciam que esses benefícios podem não ser estendidos a todos os produtores rurais familiares ou não, localizados na região delimitada a respeito da certificação, servindo como instrumento de privilégios para um grupo socialmente mais articulado e mais forte.

Palavras-chave: indicações geográficas; certificação; MERCOSUL; desenvolvimento territorial.

* Recebido em: 03/06/2024
Aprovado em: 03/01/2025

** Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação Binacional em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e da Universidade Nacional de Rio Cuarto.
Email: paulobrasildillsoares@id.uff.br.

*** Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense.
Email: andrezafranco@id.uff.br.

Abstract

The importance of certification of Geographical Indications studied in MERCOSUR members: Brazil and Argentina, is based on the need to assure consumers of the true origin and guarantee of quality in products. The objective was to analyze the evolution of Geographical Indication as an instrument for the legal protection of collective property for agro-industrial products, emphasizing the issue of the potential of this certification instrument in territorial/regional development, evaluating added value, access to the consumer market and strengthening reliability and a high degree of innovation on the part of consumers. The literature review was used as a methodology for investigating the study hypothesis as a theoretical foundation on the topic and the research problem, through books, scientific articles and technical works on the identification of the characteristics of the certification of geographical indications and their recognition as an important element that induces territorial development. National legislation, reports issued by national and international development and inspection bodies regarding the proposed topic were surveyed, in quantitative and qualitative research based on official data released by certifying institutions, and empirical research through case studies already related through field visits in the delimited region and semi-structured interviews with producers and technicians from INTA/AR and Embrapa/BR. The studies already carried out show that these benefits may not be extended to all rural producers, whether family or not, located in the region defined at the time of certification, serving as an instrument of privileges for a more socially articulated and stronger group.

Keywords: geographical indications; certification; MERCOSUL; territorial development.

1 Introdução

O interesse acadêmico pelo tema das Indicações Geográficas¹ (IG), existentes no Brasil e na Argentina,

¹ As Indicações Geográficas acima referidas dividem-se em duas modalidades: a primeira poderá ser uma Indicação de Procedência (IP) e a segunda modalidade abrangida é a Denominação de Origem (DO). A IP é o nome geográfico de um país, cidade, região ou localidade que se tornou conhecido como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de um serviço

foi orientado pela oportunidade de demonstrar, neste estudo, a potencialidade das IGs em assegurar ao consumidor a verdadeira procedência e a garantia de qualidade nos produtos e serviços, esses últimos para os brasileiros, já que, na Argentina, não é possível certificar serviços.

A relevância do instituto aplicado à produção de carne bovina e caprina evidenciou-se após o rumoroso caso da ingesta de carnes contaminadas pela chamada “doença da vaca louca”², evidenciando para todos nós os riscos³ apresentados na modernidade⁴ pela comercialização globalizada de produtos gerando a insegurança alimentar. Outra virtude desse instrumento de certificação diz respeito à conciliação entre o desenvolvimento territorial⁵ e a preservação da biodiversidade local, enquanto elementos essenciais para a busca do registro de uma IG.

O objeto de estudo buscou uma perspectiva fundamentada nas políticas públicas comparadas, com a escolha de abordar os casos da Indicação de Procedência (IP) da carne caprina da região patagônica e da carne

específico. E a DO é o nome geográfico de um país, cidade, região ou uma localidade que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam, exclusivamente, ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

² O termo científico para a doença conhecida como “vaca louca” deriva do inglês bovine spongiform encephalopathy ou BSE.

³ No sentido adotado por Beck, utilizou-se o conceito de sociedade global de riscos e como os efeitos dessa organização social afetam mais algumas pessoas, países ou regiões que outros pelos riscos ambientais e tecnológicos, a partir da ideia de que após o deslocamento da era da sociedade industrial, caracterizada pela produção e distribuição de bens, para a sociedade de risco, na qual a distribuição dos riscos não corresponde às diferenças sociais, econômicas e geográficas da típica primeira modernidade afetam a parte vulnerável na cadeia produção: o consumidor. E como o conceito de sociedade de risco se interpenetra com o de globalização, uma vez que os riscos são democráticos, afetando países e grupos sociais sem respeitar limites geopolíticos de nenhum tipo. BECK, U. *Politics of risk society*. In: FRANKLIN, J. (ed.). *The politics of the risk society*. Cambridge: Polity Press, 1998.

⁴ A categoria “Modernidade Reflexiva”, apresentada por Anthony Giddens, foi o ponto essencial ao observar-se que a sociedade na era da informação implica em um aumento da reflexividade social, cujo significado é pensar constantemente e refletir sobre as circunstâncias em que se vive. GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. (org.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução de M. Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

⁵ A partir da noção de identidade cultural, abordou-se a perspectiva de como os elementos culturais, sociais e econômicos fazem do território um fator de identificação e diferenciação na busca pelo potencial econômico e de acesso aos mercados.

bovina do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional do Rio Grande do Sul⁶. Essa escolha foi motivada por projetos⁷ desenvolvidos em parcerias com produtores e organismos governamentais e não governamentais, visando ao desenvolvimento regional e ao fortalecimento das potencialidades culturais e ambientais.

O problema de pesquisa relacionou-se a dois aspectos de fundamental importância para os consumidores e as empresas brasileiras⁸ e argentinas⁹ como atores integrantes do MERCOSUL. O primeiro versou sobre a identificação dos desafios enfrentados por esses atores em relação ao desenvolvimento de estratégias competitivas em busca de mercados para a oferta de seus produtos. O segundo consistiu em conhecer as experiências de países ou regiões que exportam seus produtos e serviços, no caso específico da legislação brasileira, com forte apelo à certificação de indicações de procedência e de Denominações de Origem (DO), que conseguem incorporar nesses valores imateriais.

Pretendeu-se destacar a formação das redes e a atuação dos atores sociais com base na potencialização de produtos por meio das certificações de DO e de IP como estratégia de desenvolvimento territorial para a valorização de um conjunto de produtos locais.

Analisaram-se os conflitos locais e a busca da cooperação por meio da negociação dos atores à viabilização econômica desses empreendimentos, em um contexto supostamente favorável, proporcionado pela criação de políticas públicas específicas para o desenvolvimento territorial com novos arranjos institucionais, a participação social e a descentralização.

⁶ O caso da certificação como IG (IP) da Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional é o primeiro da América do Sul desse produto e a terceira IG nacional. Refere-se à IP para o produto carne bovina e seus derivados, sob registro IG 200501, concedida em 12 de dezembro de 2006.

⁷ Dentre os projetos brasileiros da região do Pampa Gaúcho chamamos a atenção para o “Projeto de Desenvolvimento Turístico do Pampa Gaúcho” que visa fomentar ações de desenvolvimento de roteiros turísticos na Campanha Gaúcha e o Programa “Juntos para Competir”, impulsionado pelo Sebrae/RS, em parceria com a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), que organiza e aprimora as cadeias produtivas ao setor no Rio Grande do Sul, como a bovinocultura de corte, a suinocultura, a ovinocaprinocultura, a fruticultura, a floricultura, a vitivinicultura, a apicultura e a cultura da cana-de-açúcar e seus derivados.

⁸ Lei n.º 9.279/1996.

⁹ Lei n.º 25.380/2001 e Lei n.º 25.163/1999 c/c Decreto Regulamentador n.º 57/2004.

A Teoria do Risco foi a motivação epistemológica utilizada para fundamentar a decisão de criar a APRO-PAMPA, com o objetivo de oferecer um tipo de carne segura considerando o aspecto de saúde animal e ecologicamente amigável, sem citá-lo explicitamente.

Nesse sentido, observou-se que, nas sociedades em que se predominava o costume e a tradição, as pessoas tendiam a seguir as práticas estabelecidas de forma mais impulsiva e menos refletida¹⁰.

Contudo, contemporaneamente, em virtude do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, se pode utilizar de tais instrumentos e interferir nas decisões, colocando em risco a sociedade em razão das incertezas científicas. Beck¹¹ explica que o estado de precaução e a autorreflexão da sociedade industrial tardia sobre o padrão de risco cega para as ameaças incalculáveis.

Nessa perspectiva, busca-se investigar, neste trabalho, os casos da carne bovina do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional do Rio Grande do Sul e da carne caprina procedente da Argentina, na região da Patagônia, à luz da certificação IG enquanto um elemento que valoriza o território e seus atores na dimensão social, econômica, ambiental e cultural.

No Brasil, as certificações de IGs apresentam distintos aspectos: tanto em relação ao tipo de produto, produtor e nível de organização, quanto aos mercados e à estrutura legal e institucional. As experiências construídas revelam que a IG é uma ideia geral que faz sentido para diferentes contextos e atores sociais. Observa-se que não há, apenas, um padrão de certificação concedido pela IG. Pelo contrário, sua fortaleza reside, justamente, no modo flexível, permitindo aos atores sociais envolvidos mobilizarem-se nos diversos cenários valorizando suas tradições, recursos e reputações dos territórios, o que implica negociar a constituição da IG, atentando para os diferentes papéis que ela pode cumprir para esses atores¹².

No caso argentino, o território pesquisado *in loco* está localizado ao norte da Província de Neuquén, adotando

¹⁰ GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

¹¹ BECK, U. The reinvention of politics: towards a theory of reflexive modernization. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Reflexive modernization: politics, tradition and aesthetics in the modern social order*. Cambridge: Polity Press, 1994.

¹² SAUTIER, D. *Geographical indication in developing countries today: trends, hinders and opportunities*. Montpellier: Meeting of SINERGI Project, 2006.

o sistema de produção caracterizado pela pecuária de corte na modalidade extensiva, em que os produtores são denominados “crianceros”. Esses formam um grupo social de, aproximadamente, mil e quinhentas famílias com fortes laços com a terra e dedicação à pecuária caprina migratória ou “trashumante” sazonal estrita.

O contexto geral do território onde se localizam os criadores se caracteriza pelo pagamento para terem o direito de pastagem anual nas terras ocupadas em campos públicos. Esse direito de uso é transmissível de uma geração para outra, em que o produtor é proprietário, unicamente, das benfeitorias introduzidas no imóvel. Caracteriza-se pela existência de unidades de produção sediadas em terras públicas de propriedade provincial com a ausência de titulação. Detalhe que impede o acesso às fontes formais de financiamento da produção e representa o risco potencial de usurpação por novos ocupantes, gerando uma inserção tímida juntamente ao mercado de consumo em razão de riscos inerentes a essa forma de arranjo produtivo institucional.

O objeto de pesquisa na Argentina, delimitou-se pela zona certificada pela DO “Chivito Criollo del Norte Neuquino”, localizada no Norte da província de Neuquén, pertencente à Patagônia Argentina. Compreende a totalidade dos departamentos de Minas e Chos Malal e parte das cidades de Pehuenches, Ñorquín, Añelo e de Loncopue.

Os limites da IG “Chivito Criollo del Norte Neuquino” e seu respectivo protocolo foram definidos em quatro oficinas realizadas em 2005, com participação de mais de 150 produtores, comerciantes e instituições públicas vinculadas à atividade caprina.

A zona protegida pela IG refere-se aos campos de verão ou de “veranada”, onde há a Área Agroecológica Homogênea (AEH) de “Cordillera Norte”, que se diferencia do AEH “Precordillera” pela composição das pastagens de verão, a presença de cabras da raça “Angora”¹³. Outras áreas geográficas se superpõem naquela zona que define a IG por causa de fatores externos como a presença da cabra “Criolla Neuquina”, a “trashumancia” e a existência da identidade coletiva resultante dos usos do território e dos costumes de circulação dos rebanhos.

¹³ LANARI, María Rosa. *Variación y diferenciación genética-fenotípica de cabra criolla Neuquina en relación con su sistema rural campesino*. 234 f. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Facultad Biología, Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche, 2003.

Analisou-se o território como base de estratégias de desenvolvimento sustentável e objeto de ações tanto de iniciativas sociais quanto de políticas públicas, por meio da construção coletiva de uma identidade cultural como estratégia de valorização dos produtos certificados por IGs. Pesquisou-se a função das institucionalidades no desenvolvimento territorial, com destaque para as ações de valorização adotadas nos estudos de casos brasileiro e argentino como elemento de competitividade comercial, conforme se demonstrará nos resultados.

Consideraram-se, também, como objeto de estudo, os atores sociais e organização coletiva, seu papel e objetivos no esquema de cadeia e da organização e fatores que contribuem para a exclusão de produtores nessas cadeias a partir da identificação de pontos positivos e negativos da IG. Estudaram-se as ações coletivas empregadas para a consolidação da IG “Chivito Criollo del Norte Neuquino”, mediante a análise dos impactos econômicos, sociais e ambientais, propondo sínteses e recomendações para a manutenção dessa IG.

Para alcançar os objetivos traçados, utilizou-se como metodologia de pesquisa, inicialmente, a revisão de literatura sobre a identificação das características da certificação de IGs e o seu reconhecimento como um importante elemento indutor do desenvolvimento territorial, mediante um planejamento estratégico desse instrumento obtido em livros especializados sobre o tema propriedade industrial, teses e dissertações, artigos e publicações selecionados. Tais resultados obtidos com a pesquisa bibliográfica permitiram algumas conclusões parciais que foram referendadas pela pesquisa empírica até então realizada sobre a temática central de certificação de IGs em produtos.

Também foram pesquisadas fontes secundárias como jornais, revistas, relatórios, folders explicativos de divulgação, tabelas, gráficos, sítios eletrônicos com o propósito de formar um amplo espectro do objeto deste trabalho de pesquisa, constituindo-se em uma das etapas exploratórias que possibilitou o diálogo com os atores locais.

Como técnicas para a coleta desses dados, foram utilizadas pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Foram estudadas fontes escritas, dentre eles os Regulamentos de Uso de alguns casos de IG reconhecidas, a fim de fazer um levantamento acerca dos principais temas do presente estudo: propriedade intelectual, in-

dicações geográficas, gestão do conhecimento e suas práticas.

No que se refere ao tratamento dos dados coletados nas pesquisas de campo, optou-se por uma abordagem qualitativa. A etapa relacionada à imersão na realidade concreta dos atores sociais envolvidos na certificação das IGs, no contexto territorial, foi conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas. Desde então, a entrada no universo de investigação foi facilitada pelo estabelecimento de um vínculo formal de pesquisa com as entidades envolvidas no processo de certificação das duas IGs.

2 A compreensão das categorias território e identidade para a constituição das indicações geográficas

As transformações da sociedade por meio dos movimentos sociais, organizações não governamentais e entidades privadas, como também aquelas oriundas de iniciativas de políticas públicas se manifestam em um espaço específico, definido neste artigo como território. Este é delimitado com base nas relações de poder econômico-políticas, no sentido mais material, contemplando também aquelas simbólicas com foco cultural¹⁴.

No território, pode-se identificar o confronto entre políticas setoriais e políticas territoriais, estruturas centralizadas e descentralizadas de gestão e planejamento, ambiente institucional local e externo, nacional ou globalizado. Nesses termos, a possibilidade de desenvolvimento territorial deve considerar a complexidade de interesses, projetos e práticas multiescalares que se realizam neste espaço social.

O território construído torna-se um espaço de desenvolvimento multidimensional, permitindo que as diferentes racionalidades das sociedades interajam com base na ampliação de redes estabelecidas por meio do capital social¹⁵ existente, ou por meio da interação com

organizações que apoiem a ruptura de impedimentos políticos e institucionais locais¹⁶.

O pensamento sobre território e identidade cultural se configura num processo contínuo de transformações proporcionado pelas relações sociais, em suas dimensões locais e globais, de poder e de acesso e uso dos recursos naturais locais. No caso da IG da Carne do Pampa Gaúcho, um dos aparentes conflitos existentes é aquele proporcionado pelo adensamento das grandes áreas destinadas a plantações de essências florestais exóticas (pinos e eucalipto) e as culturas do arroz e da soja, que competem com a destinação tradicional do uso para pecuária de corte nesse território.

A perspectiva multiculturalista de território reforça a noção de que a interface entre o saber local e a ação global provoca interpretações locais que se diferem de acordo com as próprias culturas locais, criando a pluralidade cultural, baseada em redes solidárias e fortalecendo o desenvolvimento local¹⁷.

O fator que determina a construção social de um território seria a institucionalidade, enquanto conjunto de regras e normas que regulam as ações dos atores locais, o poder estabelecido entre os diferentes grupos de atores, a confiança e a cooperação. Nos casos estudados das IGs da Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional e do Chivito Criollo Norte-Neuquino, o uso consorciado da terra com florestamento e culturas consolidadas historicamente nas regiões deixou de ser objeto de disputa de uso da terra para se tornar alternativa de ganho para os pecuaristas de gado “vacum” ou caprinos.

Como já mencionado nos trabalhos de Haesbaert¹⁸, toda a referência espacial identitária resulta de uma articulação territorial com maior ou menor carga simbólica permeada por relações de poder. O autor propõe

¹⁴ HAESBAERT, R. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

¹⁵ PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1995. O conceito de capital social foi introduzido no pensamento econômico sobre o desenvolvimento com os trabalhos de Putnam, que empregou o conceito sociológico de redes sociais.

¹⁶ BOURDIEU, P. *The social structures of the Economy*. Cambridge: Polity Press, 2005. No entanto, o marco decisivo para o surgimento da atual teoria do capital social foram os trabalhos de Pierre Bourdieu. Para Bourdieu, o capital social compreende a totalidade de recursos ativos, mobilizados em rede de relações que adquirem uma vantagem competitiva, proporcionando maior retorno sobre os investimentos realizados. Os debates sobre a teoria do capital social chegam ao ponto de indicá-lo ora como um resultado desses recursos ora como uma causa.

¹⁷ SCHEREN-WARREN, I. Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 13, n. 1, 1998.

¹⁸ HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

uma análise do termo “territorialidade” no sentido de um processo social de “controle simbólico”¹⁹ sobre um espaço.

Albagli²⁰ considera que é impossível a construção de territorialidades a partir do externo, sem a definição do capital sociocultural do território. Desse modo, os laços de identidade e cooperação fundamentam-se no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar o que um dado território apresenta em suas especificidades culturais, tipicidades, natureza enquanto recurso e patrimônio ambiental, práticas produtivas e potencialidades econômicas. Entretanto, a valorização da territorialidade, fundamentada em interesses externos e de caráter instrumental, atrai investimentos meramente especulativos que, ao longo prazo, se tornariam insustentáveis, podendo aniquilar o capital social local e o ambiente.

A formação de redes sociais, com base na territorialidade e na valorização de produtos locais e regionais, permite o surgimento de parcerias e espaços para cooperação entre os atores que formam essas redes, fomentando estratégias que valorizem o território a partir de quatro características básicas: a) a promoção do empreendedorismo local por meio da identificação de unidades territoriais com fixação do espaço geográfico, estimulando laços de identidade e pertencimento, exclusividade/tipicidade, tipos e intensidade de interação de atores locais; b) a criação e a ampliação de saberes sobre o território, especificidades e potencialidades; c) o estímulo de sociabilidades e o incremento de políticas públicas que estimulem a ação coletiva; e, d) o reconhecimento da territorialidade com o resgate de símbolos locais²¹.

A iniciativa coletiva de valorização de produtos com identidade territorial pode ser fortalecida com a ampliação da estrutura da rede²². No caso da IG da Carne do

Pampa Gaúcho, estiveram presentes os esforços de órgãos governamentais de assistência técnica e de extensão rural e de ensino, empresariais e produtores rurais consorciados para o fim comum da obtenção junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) da certificação.

Desse modo, nos casos estudados neste artigo, a presença da cultura local enraizada foi um elemento imprescindível na formação da identidade do território, pois deu contornos específicos quando se relacionou com as diversas culturas²³ externas, cujo resultado se difere entre os diferentes territórios. Essas mudanças promovem novas relações de poder e de reagrupamento social e o local, sendo construído por meio da memória coletiva e das relações sociais que são formadas pelas interações locais e externas, baseadas em construção de iniciativas comuns e participação dos diversos atores envolvidos.

2.1 Perspectivas socioeconômicas das Indicações Geográficas: breve cenário histórico no contexto internacional e brasileiro

As IGs assumem várias configurações em contextos específicos demonstrando sua apropriação por diferentes atores servindo para variados interesses e finalidades em decorrência de sua grande divulgação pelo mundo, registrando-se um processo de apropriação desse instrumento de diferenciação por setores inclusive o industrial²⁴. Há, atualmente, mais de dez mil IGs reconhecidas no mundo, com um valor estimado de cinquenta bilhões de dólares; 90% destas são de países que fazem parte da OECD (*Organisation for Economic Co-operation and Development*)²⁵.

No Brasil, no mês de janeiro de 2024, reconheceram-se 109 IGs. Em relação ao ano 2019, houve um aumento de 60% (sessenta por cento), sendo divididas

¹⁹ HAESBAERT, R. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

²⁰ ALBAGALI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (org.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004.

²¹ ALBAGALI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (org.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004.

²² FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado da arte. *Inter-Cambios*, [S. l.], n. 64, 2006. Disponível em: <http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=3736>. Acesso em: 18 ago. 2019.

²³ Adota-se aqui o conceito de cultura como convenções transmitidas socialmente, dinâmicas e mutáveis, capazes de refletir o conjunto de ideias e valores a partir do consenso de que o próprio sentido de tradição cultural, não é algo estanque no tempo, nem que se herda. KUPER, A. *Culture: the anthropologist's account*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

²⁴ WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

²⁵ PARMESAN: the king of cheeses. *WIPO Magazine*, fev. 2011. Disponível em: https://www.wipo.int/wipo_magazine/en/2011/01/article_0005.html. Acesso em: 23 jan. 2023.

em 84 Indicações de Procedência e 25 Denominações de Origem²⁶.

A IG constitui um instrumento legal de reconhecimento das qualidades notáveis de um determinado bem ou serviço decorrentes do local de sua produção.

O produtor espera que o consumidor, ao escolher produtos de origem controlada e garantida, aceite pagar um valor superior ao preço médio do mercado. Essa disposição estaria vinculada à confiança conquistada ao longo de décadas de comercialização, sustentada pela manutenção e controle das características intrínsecas do produto, pelo respeito ao consumidor e pelo fortalecimento da competitividade local²⁷.

O produto ou o serviço (esse último no caso brasileiro) portador de uma IG tem identidade própria e em nome da manutenção dessa característica, o produtor ou o prestador de serviço passa a respeitar normas estabelecidas para manter os elementos essenciais do produto ou serviço justamente porque garantem a boa reputação e distinção, já reconhecidas pelos consumidores como detentores de qualidades únicas, identificáveis e atreladas ao nome da região.

A recompensa mais palpável para os fornecedores é o reconhecimento das virtudes dos produtos ou serviços que justificam um valor agregado apreciável, capaz de remunerar melhor o esforço de produção ou de prestação de serviço, graças à distinção encontrada em relação aos produtos ou serviços presentes em outras regiões sem essas qualidades, garantindo-lhes a fidelização do consumidor. As IGs não servem, apenas, aos propósitos do produtor tradicional e pequeno, elas foram incorporadas nos mercados servindo aos interesses de grandes conglomerados da indústria alimentar que destinam linhas específicas de produtos para mercados de qualidade diferenciada. Até mesmo o sistema varejista internacional oligopolizado incorporou parcela considerável dos lucros provenientes da distribuição global de produtos territoriais²⁸.

²⁶ INDICAÇÃO geográfica no Brasil cresce 60% em quatro anos. *Forbes*, jan. 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2024/01/indicacao-geografica-no-brasil-cresce-60-em-quatro-anos>. Acesso em: 20 maio 2024.

²⁷ KAKUTA, S. M.; SOUZA, A. L. I. L. de; SCHWANKE, F. H.; GIESBRECHT, H. O. *Indicações geográficas: guia de respostas*. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2006.

²⁸ NIEDERLE, P. A. Economia das convenções: subsídios para uma sociologia das instituições econômicas. *Ensaio FEE*, [S. l.], v. 34, p. 439-470, 2013.

O reconhecimento de uma IG possibilita a apropriação dos bens imateriais pelos produtores e a exclusividade na utilização da designação geográfica, melhoria na remuneração dos produtos e serviços locais, devido à diferenciação proporcionada pelo reconhecimento oficial, criação de vínculo de confiança com o consumidor, que, sob o rótulo da IG, sabe que encontrará um produto de qualidade e com características regionais, estímulo ao investimento na própria área de produção, com valorização das propriedades, aumento do turismo, do padrão tecnológico e da oferta de emprego constituindo um instrumento de desenvolvimento local, melhoria da comercialização dos produtos, facilitando o acesso aos mercados através da propriedade intelectual coletiva, maior competitividade no mercado internacional, uma vez que as IG's projetam imagem associada à qualidade.

2.2 Marcos histórico-legislativo das indicações geográficas na Comunidade Europeia

Na década de 1990, os estados membros da comunidade europeia definiram as bases comuns para a regulamentação das IGs e demais selos oficiais de qualidade em vigor em seus territórios, por meio dos Regulamentos (CEE) n.º 2081/199243 e (CEE) n.º 2.082/1992. Essas normativas estabelecem definições, procedimentos para registro e descrição do produto, elementos particulares ao meio natural e delimitação geográfica controlada. Além de fixar as exigências sobre as estruturas de controle para o cumprimento dos requisitos prescritos pelos Regulamentos para cada produto, baseados na norma EM 45011, de 26 de junho de 1989, que define os requisitos gerais para a certificação dos produtos e dispõe sobre os Conselhos Reguladores.

O TRIPS ou Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual, também chamado de Acordo Relativo aos Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (ADPIC), decorrente da Rodada do Uruguai e do surgimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), foi elaborado em 15 de abril de 1994, e estabeleceu regras destinadas a regular os procedimentos quanto à aplicação de propriedade intelectual nos países membros.

Sobre as IGs, o Acordo TRIPS define, em seu Artigo 22, esse instituto como um direito de propriedade intelectual que identifiquem um produto como originário do território de um Membro, ou região ou localidade desse território, quando determinada qualidade, repu-

tação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída à sua origem geográfica.

O Artigo 22, item 2, possibilita aos países signatários o disciplinamento interno dos meios legais para que as partes interessadas possam impedir: (i) a utilização de qualquer meio que, na designação ou apresentação do produto, indique ou sugira que o produto em questão provém de uma área geográfica distinta do verdadeiro lugar de origem, de uma maneira que conduza o público a erro quanto à origem geográfica do produto; (ii) qualquer uso que constitua um ato de concorrência desleal, no sentido do disposto no Artigo 10 da Convenção de Paris (1967).

O ADPIC apresenta uma especial proteção a vinhos e destilados que cada país membro providenciará os meios legais para que os interessados possam evitar.

artigo 23 [...] a utilização de uma indicação geográfica que identifique vinhos em vinhos não originários do lugar indicado pela indicação geográfica em questão, ou que identifique destilados como destilados não originários do lugar indicado pela indicação geográfica em questão, mesmo quando a verdadeira origem dos bens esteja indicada ou a indicação geográfica utilizada em tradução ou acompanhada por expressões como “espécie”, “tipo”, “estilo”, “imitação” ou outras similares²⁹.

O Regulamento (CEE) n.º 2.081/92 do Conselho, de 14 de julho de 1992, relativo à proteção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos gêneros alimentícios (JO n.º L 208 de 24. 7. 1992, p. 1), modificado por Regulamento (CE) n.º 535/97 do Conselho, de 17 de março de 1997 e o Regulamento (CE) n.º 1.068/97 da Comissão, de 12 de junho de 1997, adaptado pela Decisão 95/1/CE, Euratom, CECA do Conselho, L. 1 1. 1. 1995 e retificado pela JO n.º L 53 de 24. 2. 1998, p. 26 (2081/92) destaca que o beneficiamento de uma denominação de origem protegida (DOP) ou de uma Indicação Geográfica Protegida (IGP), de um produto agrícola ou um gênero alimentício, deve obedecer a especificações.

As especificações do produto deverão incluir, no mínimo, os seguintes requisitos: a) o nome do produto agrícola ou do gênero alimentício, incluindo a denominação de origem ou a indicação geográfica; b) a descrição do produto agrícola ou do gênero alimentício, in-

cluindo as matérias-primas (se for o caso), as principais características físicas, químicas, microbiológicas e/ou organolépticas do produto ou do gênero alimentício; c) a delimitação da área geográfica e (se for o caso) os elementos que indiquem a observância das condições previstas no n.º 4 do artigo 2º; d) os elementos que provem que o produto agrícola ou o gênero alimentício são originários da área geográfica, na acepção do n.º 2, alínea a) ou b) do artigo 2º, conforme o caso; e) a descrição do método de obtenção do produto e, se for caso disso, dos métodos locais, leis e constantes; f) os elementos que justificam a relação com o meio geográfico ou a origem geográfica na acepção do n.º 2, alínea a) ou b), do artigo 2º, conforme o caso.

3 As indicações geográficas enquanto iniciativa associada ao planejamento estratégico e desenvolvimento territorial

A hipótese investigada fundamenta-se em estudos de caso, que analisam propostas como a de considerar a certificação de Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO) como iniciativas ligadas ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento territorial. Destaca-se a necessidade de adotar medidas estratégicas para garantir a certificação, com o objetivo de fomentar um diferencial competitivo. Paralelamente, a análise dos benefícios da certificação da IG sobre produtos na percepção dos consumidores, profissionais e distribuidores.

Para a verificação da hipótese mencionada, se justificou o estudo empreendido no fato de que, nos mercados globais contemporâneos, apenas alguns produtos oriundos de determinadas regiões ou países possuem uma vantagem sobre seus concorrentes resultantes da certificação da IG. Estabeleceram-se, para esses fins, regras e princípios que sirvam para a aplicação dos direitos de propriedade intelectual em matéria de marcas, indicações de procedência e DO normatizada pelo Conselho do Mercado Comum³⁰ e aprovada pelo Pro-

²⁹ WORLD TRADE ORGANIZATION. *Part II: standards concerning the availability, scope and use of intellectual property rights*. 1994. Disponível em: https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/31bis_trips_04b_c.htm#3. Acesso em: 25 maio 2024.

³⁰ Baseado no art. 13 do Tratado de Assunção, o Conselho do Mercado Comum – MERCOSUL/CMC/DEC – emitiu em 05 de agosto de 1995, a Decisão n.º 4/91 e a Resolução n.º 39/94 do Grupo Mercado Comum e a Recomendação n.º 7/94 do SGT n.º 7 sobre as indicações e procedência e das denominações de origem:

tolocó de Harmonização de Normas sobre Propriedade Intelectual no MERCOSUL em matéria de Marcas, IPs e DOs³¹, contemplando um seletó grupo de produtos que são únicos e diferenciados.

Constatou-se que, embora haja consumidores esclarecidos sobre as virtudes encontradas nos produtos certificados, devido às suas características distintas em suas formulações e que estão dispostos pagar um preço diferenciado para se beneficiar das qualidades deles, como ocorre com o vinho do Porto que é produzido somente em uma região de Portugal, obtido com base em controles e critérios especiais de produção e de qualidade. Todavia, há muito que se fazer nesse segmento para que a maior parte da população possa se beneficiar desses atributos inerentes aos produtos certificados pela IG.

Estudaram-se as ações implementadas para a “relocalização” da produção de carne bovina fora do bioma Pampa e os novos mecanismos de rastreabilidade dessa possível produção.

Após o estudo do caso brasileiro supracitado, pareceu oportuno realizar uma abordagem da tentativa argentina de implementação de uma DO - projeto “carne bovina entrerrianas”. Dividiu-se a análise em: Projeto denominado “Bezerro do Centro”, Consórcio Pampas do Salado, o renome das carnes da Penicie Central Argentina e problemas enfrentados, além da análise das causas apresentadas para a baixa incidência das IGs argentina. Em contraste o mesmo não ocorre com os produtos vinícolas e de bebidas espirituosas.

O projeto da IG começou a ser desenvolvido no início de 2005 e é de responsabilidade da associação de criadores da região, a APROPAMPA, da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-RS). A Apropampa, Farsul e Sebrae/RS assinaram um protocolo de intenções com o frigorífico Mercosul, que é um tradicional exportador da região³².

Artigo 19. Obrigação de Proteção e Definições.

³¹ Em 1998, os governos dos países-membros efetivos do Mercosul com o propósito de reduzir as distorções e os impedimentos ao comércio e a circulação de bens e serviços no território dos Estados Partes do Tratado de Assunção, reconheceram a necessidade de promover uma proteção efetiva e adequada aos direitos de Propriedade Intelectual em matéria de marcas, indicações de procedência e denominação de origem, garantindo que o exercício de tais direitos não represente em si mesmo uma barreira ao comércio legítimo.

³² Seguindo os passos pioneiros da APROPAMPA, outro pre-

Somente os rebanhos das raças Hereford ou Angus e seus cruzamentos podem buscar o selo de certificação de IG. Para isso, precisam ser criados em condições de pasto e solo específicos, além de seguirem regras técnicas de produção, como a rastreabilidade. Inicialmente alguns poucos pecuaristas participaram do projeto, mas a tendência é que o número aumente, uma vez que haja cerca de 600 mil produtores na região que abrangem uma área de 500 (quinhentos) mil hectares. A Carne do Pampa Gaúcho abrigará rebanhos alimentados apenas com pastagens típicas da região, que se caracteriza por ser mais fina e que se adapta bem às raças britânicas. O objetivo, explicam os organizadores do projeto, é diferenciar a carne gaúcha daquela produzida no Centro-Oeste do País, quase toda da raça Nelore.

Observa-se que a IG delimita não somente o espaço ou o lugar, mas também o território socialmente construído, físico e humano, que se forma e se transforma a partir das interações entre os atores sociais³³ com todas as suas especificidades da palavra *terroir* que se fundamenta na delimitação das indicações de origem geográfica.

Destaca-se que a adoção de um enfoque territorial para definir a IG direciona as articulações externas mais amplas e heterogêneas, que estão envolvidas nas redes de relações sociais dos atores rurais, os quais não se restringem apenas aos agricultores. É um território socialmente construído e de fronteiras fluidas, que não obedecem às demarcações oficiais, tampouco em relação ao território rural³⁴. Adotar uma perspectiva territorial significa romper com a setorialidade, integrando uma dinâmica horizontal à análise das cadeias produtivas e traçar um conceito de desenvolvimento territorial rural significa realizar uma abordagem particular de um processo de desenvolvimento no contexto rural, que deveria ser visto como complemento do urbano na visão de Schneider³⁵.

tendente agora busca a obtenção de sua IG do tipo Indicação de Procedência IP, ainda sem decisão (até o fechamento deste artigo). Trata-se da Carne de sol do Extremo Norte Capixaba, de n.º BR402014000003-4, protocolado em 03/07/2014 pela Associação dos Produtores de Carne de Sol do Extremo Norte Capixaba, do Espírito Santo.

³³ Utilizou-se aqui a categoria analítica “atores sociais” para designar os indivíduos cuja participação interfere na qualidade das ações que impactam na qualidade de vida de todos os seres que constituem as diversas redes sociais.

³⁴ VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias*: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

³⁵ SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 6, n. 11,

Apesar das virtudes apontadas acima, chamou-se a atenção de que ainda não está claro o relevante papel da IG como estímulo ao desenvolvimento territorial sustentável, pois há uma notável resistência às IGs por uma parcela significativa do segmento da agricultura familiar, justamente o segmento social que, em tese, seria um dos seus principais beneficiários³⁶.

Constatou-se, portanto, a existência de uma singularidade no caso brasileiro acima examinado em virtude da forte polarização entre o setor do agronegócio e a agricultura familiar. Tal perspectiva tem gerado uma situação particularmente complexa aos gestores das políticas públicas, seja pelas cisões internas a estes segmentos, seja pela sua justaposição³⁷.

Quanto à competitividade brasileira no mercado de *commodities*, esta tem levado diferentes grupos a se posicionar contra estratégias fundadas em outras formas de competitividade, como ofertando produtos com características diferenciadas, que possuem um custo mais elevado do que uma *commodity*, mas que são capazes de garantir um retorno financeiro tão atraente quanto aquele alcançado pelos produtores que conseguem produzir grandes quantidades a baixo custo.

Mesmo no segmento da agricultura familiar, esse tipo de discurso possui sustentação, o que revela o equívoco de certas oposições maniqueístas estabelecidas entre esse segmento e o agronegócio. Vinculados ao modelo produtivista herdado do período de modernização rural, diversos movimentos da agricultura familiar reafirmam a competitividade desta no mercado de *commodities*, o que, muitas vezes, ocorre por influência de outras formas de inserção mercantil. Entretanto, o desenvolvimento de mercados segmentados tem levado a agricultura familiar e o agronegócio a uma expansão de estratégias baseadas em qualidade, abrindo espaço para as IGs.

Porém, isto não parece suficiente para o amplo reconhecimento das IGs como ferramenta de desenvolvimento, pois há críticos que, baseados nas experiências recentes do Brasil, alegam ter encontrado elementos

satisfatórios para afirmar que as IGs constituem um mecanismo excludente que, em virtude das condições para sua obtenção e do tipo de mercado que permitem acessar, seria predominantemente destinada a determinados grupos do setor de agronegócio ou quando muito à chamada agricultura familiar capitalizada, apesar de um aparente crescimento entre os anos de 2020 a 2024.

A inexistência de uma política pública específica no âmbito dos setores governamentais reflete o modo precário como este tipo de estratégia tem sido apropriado pelos agricultores familiares. As redes de políticas podem ser analisadas sob o aspecto de sua dinâmica e com base na lógica de atuação nas esferas de relação por meio dos procedimentos sociopolíticos. Nesse contexto, o enfoque dado centraliza-se nas dimensões sociais, técnicas ou simbólicas das relações estabelecidas.

A discussão precedente é acompanhada, ainda, por outra acerca da possibilidade dos agricultores e territórios rurais mais marginalizados apostarem em estratégias de valorização do tipo IG. Em que pese as condições restritivas que envolvem o contexto da maior parte dos países em desenvolvimento em relação ao poder de compra do consumidor, governança, regulamentação e da segurança alimentar, as IGs se constituem numa importante ferramenta para a viabilidade dos pequenos produtores e desse tipo de território rural.

No caso dos países desenvolvidos, a França pode fornecer exemplos positivos quanto à utilização da IG como instrumento de indução do desenvolvimento territorial sustentável. Por sua vez, alguns territórios rurais marginalizados têm se utilizado justamente dessa imagem para promover determinados produtos com vistas a um grupo cada vez mais expressivo de consumidores empenhados em formas de comércio ético/justo em que a figura do “consumidor político”³⁸ aparece de maneira relevante. Isso não significa que determinadas críticas não reconheçam a razão das posições mais céticas em relação à função das IGs no desenvolvimento territorial rural.

p. 88-125, 2004.

³⁶ DIAS, Joana Filipa Dias Vilão da Rocha. *A construção institucional da qualidade em produtos tradicionais*. 2005. 158 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

³⁷ WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

³⁸ Segundo Almeida o consumidor moderno é visto como um ente relativamente sem poder, porque o consumo sofre pressões e é determinado por fatores e relações na esfera da produção. ALMEIDA, M. A. da S. O consumidor político como indutor da qualidade industrial: tendências e ideologias do consumo no mundo contemporâneo. In: ENEC - ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO E I ENCONTRO LUSO - BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO, 10., 2010, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro, 2010.

Entre os principais problemas detectados na implantação das IGs, se destaca o pequeno grau de organização dos produtores; as assimetrias na distribuição de renda e valor agregado ao longo da cadeia produtiva; o inexpressivo protagonismo dos produtores de matéria-prima vis-à-vis os estabelecimentos de processamento; a excessiva restrição estabelecida por determinados regulamentos; as dificuldades de adequação dos produtores familiares à legislação; o baixo grau de elaboração dos produtos e a falta de canais de comercialização.

Na verdade, entre o total de participantes incluídos no *club*, há desigualdades na distribuição dos ganhos, porque nem todos podem arcar com os elevados custos de “exclusão”, via controle contra a usurpação e uso indevido do selo.

A certificação da IG argentina em estudo encontrou registros históricos desse sistema de produção nos povos originários da Patagônia. Esse modelo de usos da terra sofre atualmente restrições em virtude da redução das áreas de pastoreio pelo uso competitivo do solo por atividade florestal e petrolífera, além da apropriação privada das rotas de pastoreio e do seu fechamento por meio de cercas. Outro fator considerado negativo é a migração de jovens em busca de empregos nas áreas urbanas e escolarização aliado ao envelhecimento dos produtores que enfraquece a defesa de seu produto no mercado e a baixa organização dos produtores que são comuns a outras comunidades pastorais.

Outros fatores se somam aos acima referidos, tais como a fragilidade agroecológica, a regularização fundiária precária, a dispersão geográfica, a distância dos mercados e uma oferta reduzida.

Todavia, os aspectos positivos encontrados foram determinantes para a instituição da IG, como a existência de elevado capital cultural, recurso genético adaptado e produto de qualidade reconhecida, que superam os fatores negativos na criação do principal produto do sistema: o “chivito” ou cabra crioula, que se constitui motivo de orgulho para os “crianceros” e encontra grande aceitação nos mercados regionais.

4 Discussão dos resultados

Com base no problema de pesquisa investigado, foi possível estabelecer os seguintes resultados. O desen-

volvimento territorial baseou-se em recursos territoriais até então inéditos (IG), resultado da inovação e relações entre mercado e consumidores. Desse modo, a construção social de um território está associada a estratégias de valorização de produtos locais como elemento diferenciador por estar vinculado a fatores específicos que particularizam o território ou a região, como nos casos detalhados em nossa pesquisa de campo, que serão expostos nos itens seguintes.

Essas novas formas de articulação envolvendo elementos como território, identidade, cultura e mercado podem significar um espaço para os Sistemas Produtivos Locais (SPL)³⁹, que representam as compreensões sobre “clusters” ou Arranjos Produtivos Locais (APL). Essas estratégias e sistemas podem ser visualizados com os estudos de caso da carne bovina do Pampa Gaúcho e outros Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Rio Grande do Sul identificados por meio do Relatório I, denominado “Os Arranjos Produtivos Locais no Rio Grande do Sul: Mapeamento, Metodologia de Identificação e Critérios de Seleção para Políticas de Apoio”, que integra o Projeto “Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil”⁴⁰.

O estudo apoiou-se em dados de diversos organismos considerando a localização geográfica de cada APL, bem como sua atividade produtiva principal. Verificou-se adoção de critérios seletivos para a identificação dos APLs e as políticas públicas implementadas e, em alguns casos, os eventuais “vazios” deixados por essas políticas de apoio. No Rio Grande do Sul, dois organismos estaduais se destacam no processo de identificação e seleção de APLs para apoio, que são a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

³⁹ VEIGA, J. E. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: NEAD, 2001. Entende-se por SPL o conjunto de unidades produtivas tecnicamente interdependentes, economicamente organizadas e territorialmente aglomeradas, capazes de criar vínculos que resultem em interação, cooperação e aprendizagem, incrementando a capacidade inovativa endógena, competitividade e desenvolvimento local. Em regra, envolvem a participação e a interação de empresas e suas variadas formas de representação e associação. Além de organizações públicas e privadas voltadas para formação e capacitação do capital humano, pesquisa, desenvolvimento, política, promoção e financiamento de recursos e materiais.

⁴⁰ Esse estudo foi elaborado em parceria pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Departamento de Economia da UFSC, RedeSist/Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (FEPESSE).

(SDPI) e o SEBRAE/RS. Somam-se a estes, organismos federais como o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), responsável pelo Grupo de Trabalho Permanente para APLs, o Ministério da Integração Nacional (MI), entre outros.

Na década de 1990 iniciou-se a política de apoio institucional a APLs no Rio Grande do Sul. Em 1999, a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI) criou o Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção.

Desde então, os diferentes governos gaúchos têm apoiado diversas aglomerações produtivas. Segundo dados do Relatório, antes de 1999, existia, no Rio Grande do Sul, uma política de desenvolvimento local, baseada nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico e Social (COREDES), que visava promover o desenvolvimento regional de forma harmônica e sustentável, integrar recursos e ações governamentais na região, melhorar a qualidade de vida da população, distribuir, de forma equitativa, a riqueza produzida, incentivar a permanência das pessoas em suas localidades e preservar, além de recuperar, o meio ambiente.

Atualmente, o estado está dividido em 28 COREDES⁴¹.

De acordo com Frey⁴², os atores políticos e sociais são motivados, em suas ações, pelos interesses pessoais como também por suas identidades, enquanto cidadão, político, servidor público, engenheiro, médico, sindicalista ou chefe de família. Tal fato torna o seu comportamento não isento nos processos de decisão política. Assim, regras, deveres, direitos e papéis institucionalizados influenciam o ator político nas suas decisões e na sua busca por estratégias apropriadas.

O projeto da Indicação de Procedência⁴³ teve uma forte motivação econômica para sua criação, devido aos

problemas de baixa competitividade frente ao Brasil Central. A criação da APROPAMPA representa uma resposta estratégica contra a comoditização da carne, optando pela qualidade do produto. No dossiê histórico da Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, enviado ao INPI, é possível observar que, juntamente aos avanços tecnológicos ocorridos nesse espaço, mantém-se uma gama de costumes herdados dos antigos homens da campanha, tais como o respeito pelo animal e pela terra, que constituíram elementos decisivos para a atual produção da carne certificada, representados abaixo na figura dos Municípios da IG.

No caso das políticas públicas de incentivo a implantação de indicações geográficas precisam passar por uma reavaliação, em decorrência dos acertos e erros daquelas já existentes no Brasil e na Argentina. Ressalta-se a existência de conflitos de interesses existentes nos segmentos da cadeia produtiva composta pelos produtores, frigoríficos e varejistas, fazendo com que o produtor rural não receba a justa remuneração pelo seu produto diferenciado pelo valor agregado, decorrente da observância dos preceitos regimentais da Associação.

Os associados da APROPAMPA desenvolvem, atualmente, a mesma pecuária bovina, subtropical brasileira que era praticada até 1950, quase em sua totalidade, nas áreas de campos naturais com excelente oferta de alimentação, dentro de um ecossistema totalmente preservado, onde a tradição, história e cultura do povo gaúcho⁴⁴ predominam e são responsáveis pelo prestígio da região no Brasil e no mundo da produção de carne de alta qualidade. Outro elemento típico dessa IP é a topografia da região delimitada, basicamente formada por coxilhas, caracterizadas por relevo plano, levemente ondulado, onde se situam os campos de produção pecuária e por várzeas que se apresentam como áreas baixas e úmidas. Na região delimitada pela IP, a temperatura média anual é de 18°C, variando de 0°C a 40°C, ocorrendo uma precipitação anual de 1.350 a 1.650 mm, geralmente mal distribuídos, com períodos secos estivais, agravados pelas altas temperaturas e radiação,

publicações acadêmicas, obras literárias, periódicos como jornais e revistas, entrevistas com pecuaristas e pesquisadores, fotografias, desenhos gravuras e pinturas, dentre outros.

⁴⁴ A tradição tem um quê de verdade, e possui guardiões do tipo sacerdotes, sábios etc., detentores de posição e poder, devido a sua capacidade de interpretar a verdade ritual da tradição. GIDDENS, A. *Mundo em descontrolado: que a globalização está fazendo de nós*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

⁴¹ A inclusão de APLs como prioridade do governo federal formalizou-se nos seus Planos Plurianuais, desde 2000, no Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010 e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-2013, entre outros.

⁴² FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

⁴³ No projeto da IP comprovou-se: i) a notoriedade contendo os elementos comprobatórios do reconhecimento do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional como indicação de procedência do produto carne e seus derivados; ii) a história do desenvolvimento da pecuária e da produção de carne e derivados no Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, contendo documentos tais como:

associada à pouca profundidade dos solos, que possui, em sua geologia, a continuação do derrame basáltico no Oeste, permo-carbonífero mais granito no Leste e arenito no Centro.

Uma das consequências apontadas pelos produtores entrevistados é a perda de áreas de campo nativo, em longo prazo, em decorrência da degradação ambiental, ou pelo uso para outras atividades, que implicam uma limitação física espacial no presente desses campos, e uma significativa redução desse bioma se nada for feito para reverter essa tendência no futuro próximo.

É inegável o êxito da estratégia de desenvolvimento setorial, em que os objetivos econômicos orientam a promoção e a divulgação do produto com valor territorial, incorporando a cultura local e levando-os a mercados distantes, ao invés de buscar atrair um fluxo de turistas ao território da IP da carne do Pampa Gaúcho.

No caso estudado, conclui-se que a experiência dessa Indicação de Procedência, voltada para a promoção do desenvolvimento territorial local, conforme estabelecido no Regulamento da APROPAMPA, embora tenha incluído atividades relacionadas aos produtos cárnicos em desenvolvimento na região, destacou-se pelo fortalecimento do associativismo entre os produtores, especialmente daqueles que passaram a integrar a Associação. Entretanto, esse momento foi seguido de outro estágio, em que se verificou o ingresso na etapa de reflexão e de articulações para a tomada de posição diante do processo dinâmico de constantes transformações nas relações envolvendo produtores e organismos governamentais. Essa nova fase foi caracterizada pela cooperação na busca de soluções coletivas para os conflitos de interesses mercadológicos, sociais e políticos presentes na área geográfica delimitada. Assim, é possível considerar que houve, na verdade, um aprofundamento positivo na promoção do desenvolvimento territorial da região da IP gaúcha.

Mesmo no que se refere aos objetivos ambientais da IP, persiste o questionamento sobre a natureza das ações desenvolvidas, se foram direcionadas, preponderantemente, no sentido de sustentabilidade ambiental e, por consequência, na agregação de valor ao produto; ou se estavam mais vocacionadas a produzir contextos para a criação de um arsenal de argumentos para enfrentar os conflitos agrários conflagrados nessa região. Com base nos relatos trazidos pelos produtores, os dois fatores

aparecem presentes, sendo mais provável que tenha havido uma combinação destes dois objetivos.

A rastreabilidade é obrigatória para todos os animais que integram a IG “Pampa Gaúcho da Campanha Meridional”, com suas normas regulamentadas no documento técnico 003. A região da IP tradicional se destaca na etapa de terminação de gado, respondendo por vinte por cento dos animais abatidos no Estado. E, por esse motivo, ficou decidido que, em razão da qualidade botânica de seus campos, é permitida a entrada de animais para fazerem parte da IP de fora da região, sendo para isso exigida a permanência por, no mínimo, doze meses na área delimitada. Porém, há exigências como: características dos animais semelhantes aos que originam o produto final da carne do pampa gaúcho da campanha meridional: i) idade dos animais: machos castrados e fêmeas, até quarenta e dois meses comprovados pelo sistema de rastreabilidade, que corresponde à arcada dentária com 6 dentes sem queda dos cantos; ii) acabamento de gordura: mínimo de 3 mm para machos e fêmeas; iii) conformação de carcaça: obtida pela verificação dos perfis musculares, os quais definem anatomicamente as regiões de uma carcaça, eliminando o aspecto subjetivo contribuindo para a busca da correta mensuração.

No caso do bioma Pampa argentino, há trabalhos que indicam que, nos últimos 50 anos de transformação agrícola naquele país, ocorreram mudanças estruturais e funcionais significativas no ambiente rural⁴⁵. Em médio e longo prazo, as mais preocupantes questões que devem ser consideradas são a liberação no meio ambiente de carbono da biomassa, a destruição do habitat devido ao desmatamento e o esgotamento crescente de fósforo nas camadas de solo. Viglizzo⁴⁶ considera que,

⁴⁵ VIGLIZZO, Ernesto F; FRANK, Frederico C.; CARREÑO, Lorena V.; JOBBÁGY, Esteban G.; PEREYRA, Hernán; CLATT, Jonathan; PINCÉN, Daniel; RICARD, M. Florencia. Ecological and environmental footprint of 50 years of agricultural expansion in Argentina. *Global Change Biology*, [S. l.], v. 17, n. 2, fev. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1365-2486.2010.02293.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1365-2486.2010.02293.x>. Acesso em: 20 maio 2023.

⁴⁶ VIGLIZZO, Ernesto F; FRANK, Frederico C.; CARREÑO, Lorena V.; JOBBÁGY, Esteban G.; PEREYRA, Hernán; CLATT, Jonathan; PINCÉN, Daniel; RICARD, M. Florencia. Ecological and environmental footprint of 50 years of agricultural expansion in Argentina. *Global Change Biology*, [S. l.], v. 17, n. 2, fev. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1365-2486.2010.02293.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1365-2486.2010.02293.x>. Acesso em: 20 maio 2023.

com a adoção das novas práticas agrícolas na Argentina é possível que ocorra a redução de riscos de poluição e erosão do solo, devido à adoção generalizada de pesticidas menos agressivos e das práticas de plantio direto. O modelo de produção dos Pampas, posteriormente foi expandido para outras regiões dominadas por vegetação natural (principalmente madeira) no norte da Argentina. Vários autores estudaram os impactos da agricultura nos Pampas⁴⁷, mas apenas alguns em outras regiões da Argentina. As tradicionais perspectivas ecológicas sobre os impactos da agricultura no fluxo de energia, ciclos materiais e poluição consistem em elementos fundamentais para o estudo e gerenciamento das práticas agrícolas na Argentina, orientando as futuras transformações.

Alguns impactos de caráter indireto foram percebidos após a implantação da IP, com destaque para a organização e conscientização dos produtores no aspecto ambiental de preservação dos campos nativos, que é a base para todo o sistema de produção pecuária no território que sempre gerou entraves para a obtenção da I.G, conforme consta nos depoimentos que seguem.

[...] e essa conscientização vai levar o melhoramento no impacto econômico, na propriedade. E isso para mim, é um ganho indireto, que vai impactar em todo o projeto. No meu entender, eu vejo isso como uma coisa fundamental, que é um legado. A gente acaba ajeditando os poteiros e acreditando e eles dando retorno, é o legado que a gente pode deixar para os próximos. (C.C. – Associado à APROPAMPA)⁴⁸

O aspecto organizacional das questões ambientais foi superimportante. O SEBRAE num projeto de redes de referência que extrapola a área da APROPAMPA, disponibilizou consultorias como formas de trabalhar bem os campos como formas de produzir mais. E agora com o novo técnico da

APROPAMPA, nós vamos estimular e até junto a EMATER o trabalho em pastagem no campo nativo. [...] Nesse aspecto a APROPAMPA está sendo muito bem, pois está se estimulando pesquisa nesse sentido de produção em cima de campo nativo, tanto por parte da EMBRAPA como da Universidade. Então os efeitos da IG estão sendo muito mais na área ambiental, na área técnica e não tanto na questão do produto. (C.A. – Associado à APROPAMPA)⁴⁹

Um dos resultados percebidos após a concessão da IG foi o reconhecimento nacional e internacional que poderá servir de incentivo ao produtor e ao governante local, estadual e federal, que poderá criar políticas de incentivo e reconhecimento financeiro para esse tipo de produção preservacionista.

Me surpreendeu, mais o ganho indireto. Eu como produtor da propriedade, eu vejo assim como o primeiro ganho indireto que eu não esperava, que é o reconhecimento da região, ou melhor, de ter o patrimônio que eu possuo, o rebanho, a propriedade e a valorização para quem trabalha nela, digamos assim, não de um laudo, mas através de uma verificação, que ela está em um lugar diferenciado do mundo, e aquilo ali é reconhecido, despertou uma curiosidade, inclusive de órgãos internacionais. [...] Então, isso aí, eu acredito que esse impacto no primeiro momento é mais importante que a própria carne etiquetada na gôndola. (C.C. – Associado à APROPAMPA)⁵⁰

A rotina das práticas tradicionais enfatizadas com a obtenção da IG serviu para evidenciar características de produção que não representam novidade para os nativos da região. No entanto, os produtores se ressentem da ausência de sinalização e de outras formas de divulgação governamental que indiquem que a região gaúcha do Pampa da Campanha Meridional é certificada pela IP. Esse fator negativo contrasta com a situação

⁴⁷ VIGLIZZO, Ernesto F.; FRANK, Frederico C.; CARREÑO, Lorena V.; JOBBÁGY, Esteban G.; PEREYRA, Hernán; CLATT, Jonathan; PINCÉN, Daniel; RICARD, M. Florencia. Ecological and environmental footprint of 50 years of agricultural expansion in Argentina. *Global Change Biology*, [S. l.], v. 17, n. 2, fev. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1365-2486.2010.02293.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1365-2486.2010.02293.x>. Acesso em: 20 maio 2023.

⁴⁸ SOARES, P. B. D. *As indicações geográficas e o desenvolvimento territorial no MERCOSUL: os casos da carne caprina procedente da região Patagônica e a bovina do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional do Rio Grande do Sul*. 224 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/9855/3/2014%20-%20Paulo%20Brasil%20Dill%20Soares.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

⁴⁹ ⁵¹ SOARES, P. B. D. *As indicações geográficas e o desenvolvimento territorial no MERCOSUL: os casos da carne caprina procedente da região Patagônica e a bovina do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional do Rio Grande do Sul*. 224 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/9855/3/2014%20-%20Paulo%20Brasil%20Dill%20Soares.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

⁵⁰ SOARES, P. B. D. *As indicações geográficas e o desenvolvimento territorial no MERCOSUL: os casos da carne caprina procedente da região Patagônica e a bovina do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional do Rio Grande do Sul*. 224 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/9855/3/2014%20-%20Paulo%20Brasil%20Dill%20Soares.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

observada no Vale dos Vinhedos, como destacado no depoimento a seguir.

[...] eu não vejo tu entrar em Bagé, e ver como tu vai no Vale dos Vinhedos e ver o “outdoor” tu estás na região de indicação geográfica, se tu parar na rua e perguntar para as pessoas, elas não vão saber o que é. [...] A pessoa entra e sai da região da APROPAMPA e fica sem saber, tu vai no Vale dos Vinhedos, vai para no hotel, e ali está: “você está no Vale dos Vinhedos”. O hotel se fortalece com isso aí, os restaurantes se fortalecem, as pessoas vão para conhecer o que é o Vale dos Vinhedos, aqui, se modificou alguma coisa, foi em questão da sensibilidade das pessoas, pois se tu perguntar para o dono do hotel, se ele sabe o que é Indicação Geográfica, ele não vai saber dizer. (C.E. – Associado à APROPAMPA)⁵¹

O registro dessa IP reconhece a reputação, as qualidades e as características vinculadas ao local, com o resultado esperado de evidenciar que a região se especializou e possui capacidade para produzir um artigo diferenciado e de excelência.

Em relação ao Chivito Criollo Norte Neuquino, identificaram-se impactos econômicos, sociais e ambientais resultantes da implementação da DO. Salienta-se que não ocorreram modificações no sistema de produção dos crianceros praticantes da transumância. Esse fato não causou aumento do impacto ambiental por parte dos chivitos. Pelo contrário, houve a redução do tamanho dos rebanhos e com isso aumentou-se a oferta de alimentação para um menor número de animais melhorados geneticamente adaptados para o aumento da conversão alimentar. Desse modo, houve um melhor aproveitamento dos recursos ambientais com aumento de ganhos financeiros para os crianceros. O valor incremental do produto certificado induziu uma redução no custo ambiental em relação ao sistema de confinamento praticado pelos produtores que não realizam a transumância.

No caso argentino estudado, observou-se que a constância das características peculiares ao produto, vinculadas aos fatores naturais e humanos, obrigatoriamente, influenciaram o resultado dele. Esses elementos

são responsáveis pela diferenciação de um produto da mesma região geográfica em relação aos demais oferecidos no mercado de consumo. Embora possa existir um produto semelhante ao certificado com a DO na mesma região, este, por não ter o conjunto de características necessárias, não garantirá a constância da qualidade e, assim, não fará parte da IG.

Na certificação do Chivito Criollo Norte Neuquino, houve a construção coletiva do protocolo, com a configuração do Conselho e a forma de sua implementação se constituíram em exemplos positivos da existência de uma cooperação entre os membros da cadeia produtiva caprina norte neuquina.

A partir do trabalho de campo, verificou-se que o impacto social esperado com o sistema de certificação melhorou as condições econômicas e sociais da atividade pecuária caprina. Quanto aos efeitos econômicos esperados pelos crianceros entrevistados, houve uma estimativa de um incremento da ordem de 10% em relação aos produtos sem certificação. Assim, para esses produtores, houve um impacto positivo no desenvolvimento rural com a maximização dos ganhos em virtude do aumento nas vendas da produção, proporcionando um futuro melhor para os jovens membros das famílias pecuaristas, em razão da sua permanência nas atividades rurais, que durante anos viam a população mais jovem abandonar as atividades do campo para se dedicarem àquelas desenvolvidas na cidade. Esse argumento se revelou decisivo para a participação dos pecuaristas familiares na proposta de IG, de acordo com os técnicos do INTA de Chos Malal.

Ao longo do processo de redação do Protocolo, refletiu-se a iniciativa de mobilização social para atender a reivindicações antigas, alinhadas ao orgulho de ser “criancero” e à preservação de sua cultura e tradição.

Esses atributos contribuíram para a oferta de um produto de alta qualidade certificado pela IG. Houve, assim, o reconhecimento da tradição socialmente construída, com o estímulo das virtudes da cabra crioula de Neuquén, que, somadas à transumância, tornam esse sistema de produção local uma fonte de desenvolvimento econômico, capaz de atrair a atenção das instituições públicas responsáveis pelo fomento ao desenvolvimento territorial e pelo fortalecimento de políticas públicas na Argentina. Tais fatores influenciaram, positivamente, a certificação do cordeiro patagônico obtida em 2014.

⁵¹ SOARES, P. B. D. *As indicações geográficas e o desenvolvimento territorial no MERCOSUL: os casos da carne caprina procedente da região Patagônica e a bovina do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional do Rio Grande do Sul*. 2014. 224 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/9855/3/2014%20-%20Paulo%20Brasil%20Dill%20Soares.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

A IG argentina estudada promoveu a conservação de recursos genéticos locais que detinham alto grau de adaptação ao meio ambiente, não sendo necessário ao produtor efetuar o melhoramento da raça crioula, ou mudar o seu sistema de produção, o que implicaria elevados investimentos financeiros insuportáveis ao pequeno produtor local, favorecido com o argumento de que ingressaria na IG sem alteração do modo de organização de sua atividade.

Assim, a conservação dos pastos nessa região patagônica, caracterizada pelo elevado padrão de erosão, pode ser considerada uma virtude atribuída ao processo de produção de qualidade, em que ocorre uma redução da carga de animais na mesma área, implicando efeitos positivos na terminação dos animais, que ocorre de forma mais homogênea para aqueles que serão destinados ao abate.

A produção caprina do Norte de Neuquén ocorre há mais de quatrocentos anos e, para o mercado da região de Confluência, se iniciou nos anos de 1950, como resultado da interrupção comercial dessa região da Argentina com o Chile.

Antes da obtenção da certificação da DO, as principais categorias comercializadas eram os capões e as cabras adultas, em função de possuírem maior rendimento de carne em relação ao “chivito”. Essa característica tornava-o capaz de satisfazer as necessidades básicas de uma população que contava com poucos recursos financeiros. O período anterior à certificação da Denominação de Origem se caracterizava pelo escambo da produção do campo por mercadorias para o consumo e a venda de animais em pé em áreas urbanas. Em seguida, eles eram carneados pelo próprio consumidor em sua casa, segundo a sua conveniência, pois havia problemas para conservar carne após o abate, devendo ser consumida rapidamente. Essas famílias o consumiam no Dia das Mães (3º domingo de outubro), Natal (25 de dezembro), e durante a celebração de um aniversário, ou festa de um santo venerado.

O consumo ligado a uma celebração familiar ou entre amigos é um elemento de socialização, não somente do saber “apreciar”, mas do saber “preparar” e saber “qualificar” um produto. Dessa maneira, com o impulso migratório da população do Norte de Neuquén ao departamento de Confluência, foi realocado um “saber” próprio e específico de outra região. Seguindo a linha de promoção do produto certificado pela DO, a Municipa-

lidade definiu a data de 21 de novembro de 2014 para realizar o primeiro concurso de pratos elaborados com o “Chivito Criollo del Norte Neuquino”, dirigido aos cozinheiros e chefes de ambos os sexos de todo o país, em um marco das atividades programadas da IX Festa Nacional do “Chivito”, da Dança e da Canção⁵².

Os concorrentes realizaram a preparação do cabrito crioulo do norte neuquino com ingredientes regionais que ressaltem o sabor tão particular da carne do cabrito. O concurso tem como objetivo principal obter um prato “embaixador” apresentado em todos os destinos onde se promova Chos Malal no Norte neuquino e a “Fiesta Nacional del Chivito, la Danza y la Canción”, sua receita, a técnica de preparação e ingredientes utilizados devem demonstrar a identidade cultural, social e gastronômica.

O produto “chivito” enfrenta uma concorrência forte do “cordero patagónico”, que é um produto posicionado nos mercados potenciais a alguns anos, principalmente em relação aos operadores comerciais. O “cordero patagónico” teve sua certificação através da Resolução 326/2014, expedida pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Pesca e pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca, que aprovou o Protocolo de produção e guia de prática e prova de origem do “Cordero Patagónico”, amparando, assim, a IG “Cordero Patagónico”.

Os dois produtos certificados com IG têm muito em comum, ambos atuam no combate ao colesterol, oferecendo gordura monoinsaturada que se mostra mais benéfica do que a poli, pelo fato de que ela reduz apenas os níveis de colesterol ruim “Lipoproteína de Baixa Densidade” (LDL) no sangue, enquanto estimula o aumento dos níveis do bom colesterol “Lipoproteína de Alta Densidade” (HDL). O consumo de gordura monoinsaturada reduz as chances de desenvolvimento de doenças cardiovasculares. O “Chivito criollo Norte Neuquino” e o “Cordero Patagónico” oferecem uma carne magra, com moderado conteúdo de gordura saturada e alto de monoinsaturada. Suas carnes guardam

⁵² SOARES, P. B. D. *As indicações geográficas e o desenvolvimento territorial no MERCOSUL: os casos da carne caprina procedente da região Patagônica e a bovina do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional do Rio Grande do Sul*. 2014. 224 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/9855/3/2014%20-%20Paulo%20Brasil%20Dill%20Soares.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

uma adequada relação de ácidos graxos ômega 6 e 3, já que, a partir destes, o ser humano consegue produzir todos os demais, possuindo antioxidantes naturais.

O circuito de distribuição e comercialização atual do “Chivito del Norte Neuquino” está conformado por diferentes tipos de agentes ou operadores que configuram atualmente seis canais de venda. A produção e a comercialização da carne caprina do norte neuquino, envolve o criador, o intermediário local, o mascate, outros criadores, o açougueiro local, o distante. Nessa cadeia, há o fornecimento para o frigorífico local e para o distante, assim como para os restaurantes, supermercados locais e nacionais e, inclusive, diretamente para o consumidor final, local ou distante. 162 ficam excluídos da comercialização do “Chivito criollo del Norte Neuquino” com selo de DO aqueles animais vendidos nos comércios clandestinos ou sem a presença do selo do matadouro local. Do total de caprinos disponíveis, se estima que aproximadamente 87.000 animais são carneados fora dos estabelecimentos habilitados. A estimativa refere-se aos últimos dados, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC, 2002), com base no Censo Nacional Agropecuário (CNA), considerando uma taxa de 75% do total comercializado. Desse modo, apenas 25% dos chivos da zona norte destinados aos mercados de consumo se carneiam no matadouro e frigorífico oficial de Chos Malal.

A produção do chivito Criollo norte neuquino é realizada, majoritariamente, por pequenos produtores familiares. Nos anos de 2000, cerca de 66% das unidades produtivas agropecuárias desse país estão em suas mãos. Possuem 20% dos bovinos (FONAF, 2004) e 19,3% do valor bruto da produção agrícola fica a cargo da modalidade de produção familiar, rendendo-lhes em torno de \$ 12.136 milhões anuais, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística y Censos Argentino (INDEC).

O universo da agricultura familiar somente controla 13% do total da superfície disponível, demonstrando que os produtores familiares não são proprietários de grandes quantidades de terra. Esses dados correspondem a pequenos produtores de subsistência e às comunidades indígenas, mas não abrangem, ainda, realidades como aquela vivenciada pelos pecuaristas familiares do bioma Pampa⁵³.

⁵³ LITRE, G. *Os gaúchos e a globalização: vulnerabilidade e adaptação da pecuária familiar no Pampa do Uruguai, Argentina e Bra-*

As unidades de produção sustentam uma economia de subsistência com baixo grau de acumulação, tendo em média 360 cabras cada produtor, embora no departamento Pehuenches seja de 477 e no de Loncopue é de 245. A implementação da DO por parte dos mesmos não implicou nenhuma troca em nível do modo de produção, tampouco da organização das atividades, já que o protocolo foi construído baseado nas práticas de produção até então existentes, considerando-se as especificidades regionais.

O rigor técnico se concentrou na ênfase à preservação da raça local e nos parâmetros que definiram a qualidade do produto “chivito”. Exemplo é o critério de gordura como determinante da qualidade conhecido e aceito pela totalidade dos produtores e os comerciantes, não exigindo modificação nas práticas consagradas pela tradição local.

Considerando que esse tipo de certificação fixa uma área geográfica, constatou-se que os produtores localizados fora da área definida pela DO reclamaram pela exclusão da iniciativa no momento da redação do protocolo. E algumas organizações de produtores do centro da Província de Neuquén até hoje entendem que seus associados possuem o mesmo direito que aqueles contemplados pela IG.

Na área geográfica delimitada pela IG, percebe-se que a quase totalidade dos produtores de caprinos estão em condições de serem incorporados à iniciativa. As restrições estão dadas pela vontade de integração ao processo de diferenciação, implicando com isso em realizar uma inscrição no Conselho, como também efetuar o pagamento de seu aporte social (proporcional ao número de cabras mães), submeter a documentação requerida para ser admitido como sócio e pela disponibilidade de cabras de raça “criolla”. Esse último requisito não representa um grave problema, pois 90% das cabeças existentes na zona norte neuquina são dessa raça.

Enquanto os produtores e os comerciantes continuam “protagonistas”⁵⁴ à frente do Conselho Regulador

sil. 2010. 474 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7999/1/2010_GabrielaLitre.pdf. Acesso em: 23 maio 2024.

⁵⁴ As organizações de produtores presentes na região antes do processo são as Associações de Fomento Rural (AFR). Foram criadas por impulso do Estado Provincial nos anos 1960. A AFR como organização nuclear dos vizinhos de uma mesma paragem e aborda

com suporte técnico do INTA/AFR Chos Malal, não há, atualmente, um projeto que financie essa iniciativa. Somente em 2013, se formulou um novo projeto impulsionado pelo INTA, Municipalidade de Chos Malal e o Conselho Regulador ante a Secretaria de Ciência e Tecnologia com a finalidade de prover suporte financeiro e técnico gerencial para a implementação da DO e a ampliação dos plantéis de melhoramento genético da cabra “criolla” neuquina.

Há ações coletivas que podem ser concretizadas em benefício para todos os envolvidos na atividade, como a criação de uma organização que integre os diferentes atores (Conselho da DO, Asociación de Matarifes, Consejo Asesor).

Esses coletivos, ainda não institucionalizados, fazem parte do campo de atuação da sociedade civil e ocupam espaços de articulação. Porém, são frágeis e novos, sendo-lhes indispensável o recebimento de apoio econômico externo para superar as dificuldades materiais. Somam-se a esse fato os atores que se dedicam a integração com os produtores percorrerem enormes distâncias, em um ambiente desértico e vulcânico, onde predominam o calor e o frio andino. Além, ainda, das carências materiais, tais como: falta de veículos de transporte e/ou combustíveis, a carência de bolsas, auxílios e diárias para necessidades como alimentação, hospedagem, aquisição de material de trabalho, dentre outros.

O problema relatado conta com o estratégico suporte da mediação entre os atores do processo por agentes externos pertencentes aos quadros técnicos do INTA e da Municipalidade de Chos Malal, que resolvem em parte os problemas acima apresentados. Todavia, verifica-se que o espírito de solidariedade e generosidade se encontra presente entre os atores dessa cadeia.

temáticas produtivas e sociais. A Província canaliza diferentes recursos econômicos para a população rural sendo elas assistidas por um agente de extensão. Na segunda metade dos anos 80, se criou a Cooperativa Agrícola Pecuária do Norte Neuquino (AGANNCoop), com sede em Chos Malal, dedicada a comercialização de “chivitos” que administrava o frigorífico da localidade. Essa cooperativa foi impulsionada pelo Ministério da Produção de Neuquén, sendo assistida e gerenciada por técnicos da instituição. Esse empreendimento recebeu aportes do Estado provincial e cessou suas atividades comerciais nos anos 90.

5 Considerações finais

A IG constitui um instrumento de segurança jurídica da propriedade coletiva para produtos agroalimentares. Desse modo, procurou-se mensurar, na cadeia de consumo dos produtos certificados em estudo, o grau de inovação, a agregação de valor, a facilidade de acesso aos mercados e o fortalecimento da confiança no consumo de produtos certificados pelo selo da Indicação Geográfica, à luz das Teorias do Direito e Econômicas.

A análise feita permitiu indicar que os benefícios alcançados podem não se estender para todos os produtores rurais localizados na região delimitada de uma IG. Porém, o aperfeiçoamento do sistema de certificação poderá corrigir o fato de que as atuais regras impõem excessivas exigências, e tornar a certificação um instrumento de privilégios para um grupo de grandes e médios pecuaristas socialmente mais articulado e mais forte antes de sua implantação, excluindo, no caso brasileiro estudado, notadamente, os produtores familiares.

A IG da Carne do Pampa analisada apresenta o mesmo perfil de agentes locais, regionais, nacionais ou supranacionais do APL anteriormente referido. Embora haja a interação e cooperação dos membros da rede, que possuem representantes e demandas coletivas legítimas, o incremento desse arranjo produtivo depende de investimentos públicos para o apoio ao desenvolvimento para transformar de uma aglomeração para um APL com suas virtudes. Verificou-se, no caso concreto estudado, que as políticas de incentivo fiscal e recursos financeiros pontuais e padronizados, aplicados de forma isolada por si só, não atingiram o objetivo acima referido.

Os resultados da pesquisa brasileira evidenciaram que os membros da APROPAMPA tiveram, inicialmente, a motivação de buscar uma proteção contra o novo risco trazido pela BSE para sua cadeia econômica. E o meio escolhido foi desenvolver a IP da Carne do Pampa Gaúcho. Posteriormente, nas discussões realizadas percebeu-se uma grande oportunidade para a pecuária de corte, através da penetração em nichos de mercados específicos em que o pecuarista que não produz *commodity* teria melhor receptividade.

Entretanto, os filiados à APROPAMPA que não estavam sendo remunerados adequadamente pelo valor incorporado ao produto, decorrente da observância das exigências regimentais, no momento da entrega do

produto ao frigorífico credenciado pela IP, optaram por vender a carne para os frigoríficos concorrentes que pagavam melhor preço. O resultado foi a redução do produto com o selo da IP no mercado de consumo.

Salienta-se que, paralelamente à certificação da carne oferecida pelos pecuaristas à Associação, esses mesmos produtores associados estão certificados também aos programas das duas raças eleitas, ocorrendo assim uma disputa pelo seu produto, em que o vencedor será aquele que oferecer maiores vantagens comerciais. Esses programas raciais foram estabelecidos na região antes da obtenção da Indicação de Procedência, e se caracterizam por terem critérios de produção mais flexíveis em comparação aos previstos no Regulamento da APROPAMPA. Verificou-se que essa diferença de exigências faz com que seja mais interessante para os pecuaristas venderem o seu produto sem a certificação da IP, em razão de não existir vantagem pecuniária na comercialização do produto certificado pela IG, gerando, assim, risco no sucesso deste projeto de IP vinculado ao INPI.

A APROPAMPA reúne fornecedores de matéria-prima para o setor frigorífico e industrial que a processam, beneficiando e transformando-a de múltiplas formas, até a chegada à mesa do consumidor.

Assim como ocorre com muitos outros produtores desse tipo de material na cadeia produtiva, aqueles que estão na ponta inicial não possuem controle sobre o produto na sua conformação final. A IG de carne bovina não está disponível do produtor diretamente ao consumidor, passando, necessariamente, pelo processo de transformação para atender às normas legais da vigilância sanitária. Constatou-se que, no caso brasileiro estudado, quem domina essa relação mercadológica e decide o destino da carne produzida é o frigorífico associado.

A partir das entrevistas realizadas, constatou-se que as expectativas dos associados à APROPAMPA são de uma maior responsabilização dessa associação pelo processo de transformação de sua matéria-prima, decidindo qual seria o melhor destino para a carne produzida pelos seus associados, atendendo exclusivamente aos seus interesses e ganhando um maior domínio sobre o seu produto.

A IP não produz uma carne no modelo *commodity*, como aquela do Centro-Oeste brasileiro, atuando em segmento de mercado caracterizado pela baixa escala de produção e falta de regularidade na oferta em função do sistema de produção, fundado em cultura de campos

nativos, o que dificulta garantir o momento exato da disponibilidade da oferta de produto junto ao frigorífico.

Entretanto, esse mesmo produto possui alta demanda no mercado varejista e nos programas das respectivas raças. Na verdade, a carne produzida atende às características descritas no Regulamento Técnico de produção, e está na área geográfica delimitada pela APROPAMPA. Porém, esses fatores não são suficientes para que o produto chegue ao setor de abate credenciado pela Associação. Grande parte do produto vai para outros destinos de comercialização, sem o selo da IP, pois o elo forte do destino para o produto é o frigorífico MARFRIG conveniado à APROPAMPA. Esse elo se transformou na parte fraca da corrente em decorrência de não reconhecer, financeiramente, o esforço dos produtores, pagando-lhes um preço inferior ao praticado no mercado pelos concorrentes.

Outro ponto de destaque refere-se à expansão da IP da Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional em sua vertente preservacionista do Bioma Pampa. Enquanto estratégia de desenvolvimento local, não houve a superação das dificuldades para a consolidação da Indicação de Procedência, o que se constata observando os dados apresentados, como o pequeno número de pecuaristas associados à APROPAMPA, considerando o universo de abrangência da área delimitada, tendo como resultado direto o baixo volume de produção como o selo da IP.

É inegável o êxito da estratégia de desenvolvimento setorial, em que os objetivos econômicos orientam a promoção e a divulgação do produto com valor territorial, incorporando a cultura local e levando-os a mercados distantes, ao invés de buscar atrair um fluxo de turistas ao território da IP da carne do Pampa Gaúcho.

No caso estudado, conclui-se que a experiência dessa Indicação de Procedência, que visa à promoção do desenvolvimento territorial local, conforme seus objetivos no Regulamento da APROPAMPA, embora tenha envolvido atividades relacionadas aos produtos cárnicos em desenvolvimento na região, fortaleceu o associativismo dos produtores, especialmente daqueles que passaram a integrar a Associação. Entretanto, esse momento foi seguido de outro estágio, onde se verificou o ingresso na etapa de reflexão e de articulações para tomada de posição diante do processo dinâmico de constantes

transformações nas relações envolvendo produtores e organismos governamentais.

Essa nova fase caracterizou-se pela cooperação na busca de soluções coletivas para os conflitos de interesses mercadológicos, sociais e políticos presentes na área geográfica delimitada. Assim, é possível considerar que houve, na verdade, um aprofundamento positivo na promoção do desenvolvimento territorial da região da IP gaúcha. Mesmo no que se refere aos objetivos ambientais da IP, persiste o questionamento sobre a natureza das ações desenvolvidas, se foram direcionadas, preponderantemente, no sentido de sustentabilidade ambiental e, por consequência, na agregação de valor ao produto; ou se estavam mais vocacionadas a produzir contextos para a criação de um arsenal de argumentos para enfrentar os conflitos agrários conflagrados nessa região. A partir dos relatos trazidos pelos produtores, os dois fatores aparecem presentes, sendo mais provável que tenha havido uma combinação desses dois objetivos.

Em relação ao Chivito Criollo Norte Neuquino, identificaram-se impactos econômicos, sociais e ambientais resultantes da implementação da DO.

Não ocorreu modificações no sistema de produção dos crianceros praticantes da transumância. Esse fato não causou aumento do impacto ambiental por parte dos chivitos. Pelo contrário, houve a redução do tamanho dos rebanhos e com isso aumentou-se a oferta de alimentação para um menor número de animais melhorados geneticamente adaptados para o aumento da conversão alimentar. Houve um melhor aproveitamento dos recursos ambientais com aumento de ganhos financeiros para os crianceros. O valor incremental do produto certificado induziu uma redução no custo ambiental em relação ao sistema de confinamento praticado pelos produtores que não realizam a transumância.

No caso argentino estudado, constatou-se que a constância das características peculiares ao produto, vinculadas aos fatores naturais e humanos, obrigatoriamente, influenciaram o resultado positivo do processo. Esses elementos são responsáveis pela diferenciação de um produto da mesma região geográfica em relação aos demais oferecidos no mercado de consumo. Embora possa existir um produto semelhante ao certificado com a DO na mesma região, esse por não ter o conjunto de características necessárias não garantirá a constância da qualidade e, assim, não faz parte da IG.

Na certificação do Chivito Criollo Norte Neuquino, houve a construção coletiva do protocolo, com a configuração do Conselho e a forma de sua implementação se constituíram em exemplos positivos da existência de uma cooperação entre os membros da cadeia produtiva caprina norteneuquina.

A partir do trabalho de campo, verificou-se que o impacto social esperado com o sistema de certificação melhorou as condições econômicas e sociais da atividade pecuária caprina. Quanto aos efeitos econômicos esperados pelos crianceros entrevistados, houve uma estimativa de um incremento da ordem de 10% em relação aos produtos sem certificação. Assim, para esses produtores, houve um impacto positivo no desenvolvimento rural com a maximização dos ganhos em virtude do aumento nas vendas da produção, proporcionando um futuro melhor para os jovens membros das famílias pecuaristas, em razão da sua permanência nas atividades rurais, que, durante anos, viam a população mais jovem abandonar as atividades do campo para se dedicarem àquelas desenvolvidas na cidade. Esse argumento se revelou decisivo para a participação dos pecuaristas familiares na proposta de IG, de acordo com os técnicos do INTA de Chos Malal.

A IG argentina estudada promoveu a conservação de recursos genéticos locais que detinham elevado grau de adaptação ao meio ambiente, não sendo necessário ao produtor efetuar o melhoramento da raça crioula, ou mudar o seu sistema de produção, o que implicaria elevados investimentos financeiros insuportáveis ao pequeno produtor local, que foi favorecido com o argumento de que ingressaria na IG sem alteração do modo de organização de sua atividade.

A conservação dos pastos nessa região patagônica, caracterizada pelo alto grau de erosão, pode ser considerada uma virtude atribuída ao processo de produção de 176 qualidade, onde ocorre uma redução da carga de animais na mesma área, implicando em efeitos positivos na terminação dos animais, que se dá de forma mais homogênea para aqueles que serão destinados ao abate.

Observou-se, no estudo de caso, que uma das dificuldades apresentadas está na pequena experiência nos processos associativos e de cooperação na região. Outra se refere na dispersão geográfica que não tem contribuído nos processos de organização, especialmente no setor dos pequenos produtores, que não possuem veículos próprios de transporte, dependendo do precário

sistema público. Seus baixos ganhos, as longas distâncias, e a pouca oferta de transporte público não têm permitido um desenvolvimento organizacional.

Da mesma maneira, verificou-se que o setor comercial local não tinha desenvolvido experiências de cooperação que poderia servir como paradigmas a serem observados durante a implementação da DO. Também foi apontado como entrave pelos produtores, o baixo nível de envolvimento das instituições públicas municipais, caracterizado por intervenções ocasionais e contraditórias. A maior reivindicação sinalizada foi que as políticas públicas municipais ignoram os crianceros como sujeitos de direito. Desse modo, há a apropriação privada de espaços de uso público, dentre eles os caminhos de transumância, os pontos de fornecimento de água para o rebanho, os locais tradicionais de pouso e descanso. Esse fato implica dificuldades adicionais para os produtores que percorrem mais de 200 km com seus animais entre o campo de inverno e o campo de verão.

As duas IGs objeto deste artigo foram estudadas com base no cenário supraindicado, considerando ser premente a conciliação do desenvolvimento territorial com preservação da biodiversidade local, por meio da adoção das pastagens em campos naturais. A adoção da IG parece eficiente na missão de influenciar, positivamente, a oferta de dois alimentos de procedência garantida, segura e saudável ao consumidor.

Essas reflexões permitiram concluir que a certificação IG poderia ser utilizada como uma iniciativa eficiente associada ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento territorial. Desse modo, há a necessidade de adoção de providências estratégicas por meio de políticas públicas de desenvolvimento territorial para garantir a certificação, visando fomentar um diferencial competitivo, uma vez que existem benefícios diretos já reconhecidos em virtude da certificação da IG sobre produtos na percepção dos consumidores, profissionais e distribuidores, que buscam proteção contra a insegurança típica da modernidade e da globalização, especialmente, em relação aos alimentos.

Referências

ALBAGALI, S. Território e territorialidade. *In*: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (org.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004.

ALMEIDA, M. A. da S. O consumidor político como indutor da qualidade industrial: tendências e ideologias do consumo no mundo contemporâneo. *In*: ENEC - ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO E I ENCONTRO LUSO - BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO, 10., 2010, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro, 2010.

BECK, U. Politics of risk society. *In*: FRANKLIN, J. (ed.). *The politics of the risk society*. Cambridge: Polity Press, 1998.

BECK, U. The reinvention of politics: towards a theory of reflexive modernization. *In*: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Reflexive modernization: politics, tradition and aesthetics in the modern social order*. Cambridge: Polity Press, 1994.

BOURDIEU, P. *The social structures of the Economy*. Cambridge: Polity Press, 2005.

DIAS, Joana Filipa Dias Vilão da Rocha. *A construção institucional da qualidade em produtos tradicionais*. 2005. 158 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado da arte. *InterCambios*, [S. l.], n. 64, 2006. Disponível em: <http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=3736>. Acesso em: 18 ago. 2019.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. *In*: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. (org.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução de M. Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

- GIDDENS, A. *Mundo em descontrolado: que a globalização está fazendo de nós*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- INDICAÇÃO geográfica no Brasil cresce 60% em quatro anos. *Forbes*, jan. 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2024/01/indicacao-geografica-no-brasil-cresce-60-em-quatro-anos>. Acesso em: 20 maio 2024.
- KAKUTA, S. M.; SOUZA, A. L. I. L. de; SCHWANKE, F. H.; GIESBRECHT, H. O. *Indicações geográficas: guia de respostas*. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2006.
- KUPER, A. *Culture: the anthropologist's account*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- LANARI, Maria Rosa. *Variación y diferenciación genética-fenotípica de cabra criolla Neuquina en relación con su sistema rural campesino*. 234 f. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Facultad Biología, Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche, 2003.
- LITRE, G. *Os gaúchos e a globalização: vulnerabilidade e adaptação da pecuária familiar no Pampa do Uruguai, Argentina e Brasil*. 2010. 474 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7999/1/2010_GabrielaLitre.pdf. Acesso em: 23 maio 2024.
- NIEDERLE, P. A. Economia das convenções: subsídios para uma sociologia das instituições econômicas. *Ensaio FEE*, [S. l.], v. 34, p. 439-470, 2013.
- PARMESAN: the king of cheeses. *WIPO Magazine*, fev. 2011. Disponível em: https://www.wipo.int/wipo_magazine/en/2011/01/article_0005.html. Acesso em: 23 jan. 2023.
- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1995.
- SAUTIER, D. *Geographical indication in developing countries today: trends, hindrances and opportunities*. Montpellier: Meeting of Siner-GI Project, 2006.
- SCHEREN-WARREN, I. Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 13, n. 1, 1998.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.
- SOARES, P. B. D. *As indicações geográficas e o desenvolvimento territorial no MERCOSUL: os casos da carne caprina procedente da região Patagônica e a bovina do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional do Rio Grande do Sul*. 2014. 224 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/9855/3/2014%20-%20Paulo%20Brasil%20Dill%20Soares.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.
- VEIGA, J. E. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: NEAD, 2001.
- VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.
- VIGLIZZO, Ernesto F.; FRANK, Frederico C.; CARREÑO, Lorena V.; JOBBÁGY, Esteban G.; PEREYRA, Hernán; CLATT, Jonathan; PINCÉN, Daniel; RICARD, M. Florencia. Ecological and environmental footprint of 50 years of agricultural expansion in Argentina. *Global Change Biology*, [S. l.], v. 17, n. 2, fev. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1365-2486.2010.02293.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1365-2486.2010.02293.x>. Acesso em: 20 maio 2023.
- WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- WORLD TRADE ORGANIZATION. *Part II: standards concerning the availability, scope and use of intellectual property rights*. 1994. Disponível em: https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/31bis_trips_04b_e.htm#3. Acesso em: 25 maio 2024.

Para publicar na Revista de Direito Internacional, acesse o endereço eletrônico
www.rdi.uniceub.br ou www.brazilianjournal.org.
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.